

# Sexualidades, corpos e poder

Desobediências criadoras

Maria da Penha Nery  
Anna Cláudia Eutrópio  
Laura de Souza Zingra Vomero  
(orgs.)



EDITORA  
ÁGORA

*SEXUALIDADES, CORPOS E PODER*

*Desobediências criadoras*

Copyright © 2024 by autores

Direitos desta edição reservados por Summus Editorial

Editora executiva: **Soraia Bini Cury**

Preparação: **Samara dos Santos Reis**

Revisão: **Mariana Marcoantonio**

Capa: **Delfin [Studio DelRey]**

Projeto gráfico e diagramação: **Crayon Editorial**

## **Editora Ágora**

Departamento editorial

Rua Itapicuru, 613 – 7ª andar

05006-000 – São Paulo – SP

Fone: (11) 3872-3322

<http://www.editoraagora.com.br>

e-mail: [agora@editoraagora.com.br](mailto:agora@editoraagora.com.br)

Atendimento ao consumidor

Summus Editorial

Fone: (11) 3865-9890

Vendas por atacado

Fone: (11) 3873-8638

e-mail: [vendas@summus.com.br](mailto:vendas@summus.com.br)

Impresso no Brasil

# Sumário

Prefácio .....	7
<i>Saulo Vito Ciasca</i>	
Apresentação .....	15
<i>Maria da Penha Nery, Anna Cláudia Eutrópio e Laura de Souza Zingra Vomero</i>	
1. A formação de psicodramatistas — Desobediências a partir do Congresso Brasileiro de Psicodrama de 2020 .....	17
<i>Anna Cláudia Eutrópio</i>	
2. Conserva corporal — Via de acesso para a (des)colonização do inconsciente .....	33
<i>Laura de Souza Zingra Vomero</i>	
3. Psicodrama, matriz de identidade e homofobia — Possibilidades de rematização .....	63
<i>Wesley Miranda Marques</i>	
4. Afetividade, criatividade, comunidade e ancestralidade — Caminhos para a descolonização de subjetividades negras .....	75
<i>Daniela Aparecida Cardoso da Silva</i>	
5. Papel de mulher — É possível exercê-lo com espontaneidade? ...	91
<i>Alliny Araújo</i>	

6. Desconstruir o amor romântico — Por relações amorosas mais diversas e espontâneas . . . . .	109
<i>Juliana dos Santos Soares</i>	
7. Monogamia, poliamor e conservas culturais — O poder dos afetos . . . . .	127
<i>Maria da Penha Nery</i>	
8. Casamento a dois? Conservas culturais patriarcais nos relacionamentos amorosos LGBTQIA+ . . . . .	149
<i>Paulo César Alves de Siqueira</i>	
9. Amor em tempos de Grindr — Eternamente jovens? Eternamente belos? Eternamente solitários? . . . . .	165
<i>Claudia Clementi Fernandes</i>	
10. Terapia sexual psicodramática . . . . .	179
<i>Nilton Inacio do Nascimento</i>	

# Prefácio

*Saulo Vito Ciasca*

O que há de desobediente em você? O que o atraiu no título deste livro? Será curiosidade, predisposição para o novo, para o inesperado?

A escrita traz consigo um paradoxo, visto que eterniza, fotografa, congela uma ideia ou um conjunto de pensamentos que precisam continuar fluidos e propícios a transformações, adaptações e mudanças. É com essa disposição e abertura que convido você para ler esta obra — sobretudo para construir um olhar e uma escuta mais amorosos sobre a outra (pessoa), seja no convívio, seja no cuidado, nas relações, nos afetos.

Por que não falar da outra ou até de outrem em vez de do outro? Quantas vezes o uso do masculino o mantém na linguagem como referência universal, reforçando a estrutura do patriarcado machista colonial? O uso de uma linguagem neutra, com o termo “todes”, por exemplo, possibilita uma mudança estrutural linguística como estratégia discursiva de pessoas trans para inclusão e maior acolhimento a quem não se adequa ao binarismo masculino e feminino. Mas isso tem sido palco de uma verdadeira guerra ideológica e institucional, visto que pessoas trans e sobretudo não binárias costumam ser vistas como abjetas, e a produção de um som novo com significado novo tem incomodado sobretudo aqueles que negam sistematicamente a existência e a legitimidade de gêneros dissidentes. Mas, se alguém articula os vocábulos e emite o som, é possível deixar de escutá-lo? “Ah, mas na minha época não existia esse negócio de pessoa não binária!” — um aluno me disse numa aula. Na ocasião, perguntei se a época dele seria 1492, ano em que se iniciou a invasão colonial, em que Cristóvão Colombo desembarcou nas Antilhas e deparou com povos originários cujo idioma tinha gêneros além do binarismo mulher-homem. No povo

navajo<sup>1</sup> existem os *nadleehi*<sup>2</sup> ou “transformados”, pessoas que não são consideradas nem homem nem mulher, mas os dois juntos. O povo ojibwa<sup>3</sup> tem entre si as chamadas *niizh naridoowag* (“dois espíritos”). Há registros ainda mais antigos de identidades não binárias, como as *muxes*, no sul do México, as *hijras*, em Bangladesh, no Butão, na Índia, nas Maldivas, no Nepal, no Paquistão e no Sri Lanka, e as *kathoey*, na Tailândia, no Laos e no Camboja.

Há, na lógica endossexual-cis-heteronormativa utilizada em geral no discurso político-religioso contemporâneo, uma expressão que aponta para a tal “ideologia de gênero”. Há quem sustente essa expressão transfóbica, que ocasiona grande sofrimento psíquico nas pessoas visadas. Esses indivíduos dizem não concordar com os termos “cisgênero/cis” e “transgênero/trans”, pois estes feririam os “princípios mais fundamentais da biologia básica”. Partem da ideia equivocada de “quem tem pênis é homem, quem tem vagina é mulher” e pronto — o resto seria elocubração, invencionice, “ideologia de gênero”, expressão que deslegitima o cunho científico de estudos realizados nos últimos 50 anos nas áreas de biologia, antropologia, medicina, psicologia, ciências sociais etc.

Então, vamos falar de biologia? É impossível diferenciar o que é biológico do que é social. O meio social interage de forma contínua, aplicando significados ao que se compreende ser biológico. A nigeriana Oyèrónkẹ Oyèwùmí (2021), estudiosa de gêneros e professora de Sociologia na Universidade de Nova York em Stony Brook, ensina que “a lógica é bio-lógica”, ou seja, o que conhecemos como essencial e dizemos ser biológico é um olhar cultural sobre corpos e funções. Os corpos físicos são sempre corpos sociais. Se essa frase lhe causou incerteza, explico: o conceito de sexo biológico não é tão simples e raso como o

<sup>1</sup> Nação indígena que conta com cerca de 4 mil pessoas concentradas na maior reserva de nativos dos Estados Unidos, com área de 70 mil km<sup>2</sup> (equivalente a 73% do estado brasileiro de Santa Catarina), localizada nos limites dos estados de Utah, Arizona e Novo México. [N. E.]

<sup>2</sup> Pronuncia-se *nadlirri*. [N. E.]

<sup>3</sup> Os ojibwas são um dos povos nativos que habitam uma área do centro-norte ao nordeste dos Estados Unidos e do centro-sul ao sudeste do Canadá, praticamente circundando os Grandes Lagos. Nos anos 2010, totalizavam cerca de 231 mil pessoas. [N. E.]

que aprendemos no ensino fundamental ou até mesmo na graduação. A expressão “sexo biológico” traduz um somatório de diversos “sexos”: temos o sexo cromossômico (46, XX; 46, XY; 46, X0; 47, XXY etc.), o sexo gonadal (ovários, testículos, ovoteste ou ausência deles), o sexo genital (vagina, pênis, pênis e vagina, genitálias atípicas, ausência de pênis ou de vagina etc.), o sexo fenotípico devido ao ambiente hormonal preponderante (combinação de estrogênios e androgênios). Ou seja, na espécie humana não há dois sexos biológicos; há pelo menos três grandes categorias: endossexo masculino, endossexo feminino e intersexo. Portanto, é um erro dizer que alguém é homem ou mulher em razão de apenas uma característica corporal. Se a pessoa tiver vulva e for XY, seria o quê? Qual categoria de sexo prepondera nesse caso? Alguém pode argumentar: “Ah, mas intersexo é uma malformação, uma falha genética, uma anomalia, um erro. E é muito raro”. Como diz Yuval Harari (2015, p. 154), “a biologia permite, a cultura proíbe”. Se alguém existe, é porque a biologia permite. E quem o coíbe? Indivíduos. Entender pessoas intersexo como anomalia não seria uma imposição da cultura predominante capacitista sobre corpos que existem? E, se são raros, diamantes também os são. Ninguém contesta a existência de diamantes.

Apesar de todos sermos diversos, há adversidades com algumas diversidades, não por serem diferentes por si sós, mas porque a sociedade as trata de modo diferente. Compreendê-las, assumi-las e abordá-las se faz obrigatório na contemporaneidade. O estudo e o uso da perspectiva interseccional como ferramenta metodológica para o olhar da outra permitem identificar as especificidades de grupos que vivenciam múltiplas formas de opressão simultaneamente. No capítulo “Terapia sexual psicodramática”, Nilton Inacio do Nascimento explora esse olhar no campo prático psicodramático.

Outra questão abordada neste livro, por exemplo, é a subjetividade de pessoas LGBTQIA+ negras no Brasil, construída segundo uma lógica social que hipersexualiza, objetifica e violenta corpos negros, promovendo a ideia de sub-humanidade e inferioridade. Em “Afetividade, criatividade, comunidade e ancestralidade — Caminhos

para a descolonização de subjetividades negras”, Daniela Aparecida Cardoso da Silva discorre sobre esses processos e propõe resgates, assim como Alliny Araújo contribui para o ideal subjetivo feminino em “Papel de mulher — É possível exercê-lo com espontaneidade?” A necessidade de descolonizar os afetos pelo reexame do ideal de amor romântico é oportunamente proposta por Juliana dos Santos Soares em “Desconstruir o amor romântico — Por relações amorosas mais diversas e espontâneas”.

Anna Cláudia Eutrópio examina um episódio ocorrido no Congresso Brasileiro de Psicodrama de 2020. Esse evento fatídico culminou em diversas discussões e evidenciou a necessidade de romper as construções lógicas que, no passado, colocaram as diversidades sexuais e de gênero no campo da patologia, mas persistem insidiosamente na práxis clínica. Apesar de a 10ª versão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), de 1992, despatologizar a homossexualidade e sua 11ª versão, de 2018, despatologizar a transexualidade, as explicações etiológicas de ambas no campo da psicologia e da psiquiatria são bem mais antigas. Muitas e muitos profissionais mantêm a cis-heteronormatividade nas suas explicações a respeito dos processos humanos, associando de algum modo homossexualidade e transexualidade a doença. Em 2012, o Royal College of Psychiatrists, maior associação psiquiátrica acadêmica do Reino Unido, publicou o texto a seguir em documento intitulado *Psychiatry and LGB people* [Psiquiatria e os LGB (terminologia da época)].

Apesar de quase um século de especulação psicanalítica e psicológica, não existe evidência substancial que apoie a inferência de que a natureza da criação de filhos ou experiências na primeira infância desempenhem qualquer papel na formação da orientação fundamental heterossexual ou homossexual (Bell e Weinberg, 1978).

Torna-se aparente que a orientação sexual é de natureza biológica, determinada por fatores genéticos (Mustanski *et al.*, 2005) e/ou pelo ambiente uterino inicial (Blanchard *et al.*, 2006). A orientação sexual não é, portanto, uma escolha, embora o comportamento sexual o seja claramente.

Alguns fatos parecem não provocar controvérsias: a identidade de gênero é autoatribuída (mesmo na infância) e o desenvolvimento da identidade de gênero não é um processo linear, ocorrendo de maneira constante, fluida, rígida ou flexível, sendo ela própria ressignificada no decorrer da vida. Cada pessoa nasceria, portanto, com um aparato biológico com o qual se assimilam experiências vividas no mundo externo, tornando-se mais ou menos significativas na formação identitária. Diane Ehrensaft (2012, p. 343) elucida o conceito de “criatividade de gênero”, que se refere à “criação única de cada indivíduo a partir de um *self* de gênero que integra o corpo, o cérebro, a mente e a psique, o que, por sua vez, recebe influência da socialização e da cultura, para estabelecer seu gênero, identidade e expressões autênticos”. No capítulo “Psicodrama, matriz de identidade e homofobia — Possibilidades de rematrização”, Wesley Miranda Marques explora pressupostos psicodramáticos de modo mais afirmativo.

Na condição de profissionais que trabalhamos com a escuta da outra, precisamos estudar profundamente qual é esse nosso lugar de escuta. De modo semelhante ao conceito de lugar de fala trazido por Djamila Ribeiro (2019) — o qual propõe analisar de qual arcabouço vivencial, teórico e experiencial parte a fala de cada pessoa —, o lugar de escuta nos convida a reconhecer que existem filtros em nossa escuta e compreensão a respeito de outrem que nos limitam às nossas experiências de mundo e cosmo percepções. Daí o cuidado redobrado que precisamos ter quando analisamos os afetos, as relações sexuais e conjugais e os modos de vida de outrem. Muitos artigos deste livro propõem análises aprofundadas sobre comportamentos e possibilidades na diversidade sexual e de gênero sem reforçar a homonormatividade (conceito que privilegia ideais e construções heteronormativas na cultura e na identidade LGBTQIA+), tarefa complexa e muito bem executada pelas autoras e pelos autores convidados, sobretudo Maria da Penha Nery, em “Monogamia, poliamor e conservas culturais — O poder dos afetos”, Paulo César Alves de Siqueira, em “Casamento a dois? Conservas culturais patriarcais no relacionamentos amorosos LGBTQIA+”, e Claudia Clementi Fernandes, em “Amor em tempos de Grindr — Eternamente jovens? Eternamente belos? Eternamente solitários?”

Outro motivo de disputa é a própria sigla LGBTQIA+. Antes GLS, depois LGB, LGBT, LGBTI+ (utilizada pelo movimento social brasileiro), LGBTQIA+ (mais utilizada internacionalmente e adotada na última portaria do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (portaria n. 38/2023), LGBTQIAPN+ e outras. Quem define quem deve estar na sigla? Muitas letras causam desconforto por reduzir a pauta específica de cada uma, mas qual letra está por trás do “+”? De qualquer forma, é preciso ter um **QI** a mais para compreender que a sigla aumenta, cresce e, pasmem, se reproduz, pois reflete a necessidade de um olhar múltiplo e inclusivo sobre as diferenças. É preciso também um **QI** a mais porque são essas mesmas identidades (*queer*, intersexo, assexuais) que tridimensionalizam as próprias discussões colonizadas e binarizantes, propondo alternativas mais fluidas e menos conservadas.

Que cuidados devemos nós, psicodramatistas, levar em conta ao propormos vivências e intervenções psicodramáticas com pessoas e grupos diversos? Em “Conserva corporal — Via de acesso para a (des)colonização do inconsciente”, Laura de Souza Zingra Vomero nos lembra que seria interessante os psicodramatistas acreditarem ou atuarem “segundo uma prática atravessada pelo viés crítico, desviante e libertador” e dá pistas para (des)fazer gênero.

Nosso palco psicodramático pode ser o lugar de escuta e de transformação, não só de personagens, mas de pessoas, diretores, egos auxiliares, todos, todas, todes. Faz parte do nosso trabalho ter algum espaço interno para prestar assistência caso haja reações até agressivas de quem sente ou já sentiu muita dor pela violência da exclusão. Como não ficar na defensiva? Como não passar por cima da dor de outrem? Lendo, estudando, incluindo, fazendo, refazendo, vivendo, revivendo, vendo, revendo, experimentando, respeitando e conhecendo mais de si. Aproveitemos a possibilidade de nos colocarmos no lugar da outra — e que ela possa se colocar no lugar de tantas outras a ponto de chegarmos ao Encontro Moreniano fora dos palcos.

Ao término da escrita deste texto e da leitura desses artigos, já me sinto diferente. E você? Está preparade para ser diferente, estar na diferença e fazer diferença?

## REFERÊNCIAS

- EHRENSAFT, Diane. “From gender identity disorder to gender identity creativity — True gender self child therapy”. *Journal of Homosexuality*, v. 59, n. 3, p. 337-356, 2012.
- HARARI, Yuval Noah. *Sapiens — Uma breve história da humanidade*. Porto Alegre: L&PM, 2015.
- OYĒWŪMÍ, Oyèrónké. *A invenção das mulheres — Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Tradução: Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Pólen, 2019.
- ROYAL COLLEGE OF PSYCHIATRISTS. *Psychiatry and LGB people*. Londres, 2012. Disponível em: <https://www.rcpsych.ac.uk/docs/default-source/members/signs/rainbow/rainbow-sig-rcpsych-response-human-sexuality.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

# Apresentação

*Maria da Penha Nery*

*Anna Cláudia Eutrópio*

*Laura de Souza Zingra Vomero*

Criações coletivas (e livros com coletâneas de artigos) revelam a diversidade e a unidade como facetas de um mesmo processo. O livro que você tem em mãos constitui uma proposta questionadora.

Questionar é um dos primeiros passos para revermos as certezas absolutas, para avançarmos na desconstrução de “verdades” que anulam nossa subjetividade, nos tornam invisíveis e nos adoecem. Esse avanço nos leva ao passo seguinte no processo sócio-histórico de crítica e de autocrítica: desobedecer. E eis que as relações de poder na sociedade se reviram e os que não têm visibilidade passam a tê-la; os que não têm direitos os adquirem; os que estão marcados para morrer vivem!

As desobediências nos tiram da docilidade para com o tirano e suas verdades “verdadeiras”, do corpo submetido, dos papéis sociais encharcados pela história de dominação, que nos trazem todos os tipos de misérias.

Este livro surgiu de questionamentos, inquietações e desobediências em relação ao que vivemos no Congresso Brasileiro de Psicodrama (CBP) de 2020 — que foi marcado por confrontos entre grupos e pessoas ligados às interpretações de teorias e de práticas que patologizam o ser e estar no mundo sendo diferente. Enfrentamos as patologizações e os preconceitos principalmente no campo das sexualidades, das relações amorosas, de gênero, raça e poder. Porém, o CBP abriu um espaço de cocriação, com a articulação de resistências e de coletivos engajados. Após essa experiência, Anna Cláudia Eutrópio e Maria da Penha Nery pensaram em elaborar um livro sobre os temas abordados no evento, uma obra escrita por profissionais que viveram intensamente aquele congresso e se aproximaram de ambas com suas dores e seus

questionamentos. E, com muita honra, convidamos Saulo Vito Ciasca, especialista na área de sexualidades, para escrever o prefácio.

O grupo de autores se uniu em razão da necessidade teórica e prática psico e socioterapêutica de valorizar novas formas de vida e relações sociais pelas quais os dissidentes e as minorias políticas sejam cada vez mais incluídos na sociedade. São autores de diferentes regiões, com diversos vínculos com instituições psicodramáticas e maneiras de praticar nossa abordagem. Então, Anna e Penha convidaram a colega Laura de Souza Zingra Vomero para integrar a equipe de organizadoras do livro.

A produção do material utilizou a metodologia psicodramática. Criamos unidades funcionais para apoio e revisão dos capítulos. Em trios, cada unidade se debruçou sobre um “texto protagonista”. Sugestões e estímulos foram feitos pelos “egos auxiliares” de escrita que compuseram a unidade funcional. Dessa forma, asseguramos um modelo de escrita com assistência coletiva. Definitivamente, esse processo facilitou o trabalho e o tornou menos solitário. Numa segunda etapa, as organizadoras releam os capítulos e fizeram contribuições para as(os) autores, que as consideraram até onde lhes pareceram necessárias. Todo esse procedimento foi combinado e acordado com o grupo de autores.

Cada autor teve a liberdade de escolher seu tema e criar o estudo (ou pesquisa) da sua prática psicodramática, segundo as suas escolhas de contribuições epistemológicas e filosóficas.

Os capítulos se articulam e se complementam, fornecendo relevantes revisões das práticas socioterapêuticas e psicoterapêuticas e para quem trabalha com pessoas e grupos.

Aproveite cada um dos capítulos, escritos para você com muito compromisso. Eles motivarão novos questionamentos e novos passos para nos instigar a desobediências criadoras.

# 1. A formação de psicodramatistas — Desobediências a partir do Congresso Brasileiro de Psicodrama de 2020

*Anna Cláudia Eutrópio*

Este capítulo pretende processar minha experiência no Congresso Brasileiro de Psicodrama (CBP) de 2020, partindo de minha atuação profissional. Encara o momento do CBP como atualização e discute a perspectiva epistemológica que alimenta atualmente os currículos dos cursos de formação de novos profissionais dessa abordagem. Propõe uma *queerização* dos processos formativos, pensando na radicalidade necessária para que a diversidade humana seja parte constituinte da formação e não apenas “tolerada” como fator exótico. Por fim, partilho algumas leituras que ampliam as possibilidades reflexivas.

## **AQUECIMENTO**

O entendimento de que as brechas abertas por lutas atuais são usufruídas por pessoas do futuro é importante para mantermos a esperança cotidiana em nosso trabalho. Assim, pensar na formação de psicodramatistas a partir de um evento acontecido em 2020 é uma forma de esperar. O que este artigo propõe fundamentalmente é: trabalharmos hoje por brechas que serão ocupadas e ampliadas no futuro.

Com a clareza de que o fluxo do tempo altera percepções e vivências, contarei como o CBP de 2020 me arrebatou por pertencer a esse movimento. Pode ser que quem leia este texto em 2050 estranhe esses acontecimentos.

Desde 2009, sou professora da disciplina Sexualidade e Relações de Gênero na pós-graduação do Instituto Mineiro de Psicodrama (IMPsi). Ao longo desse tempo, as aulas sobre os temas da sexualidade mudaram bastante, o que se deve a vários fatores: transformações sociais, nas pautas dos movimentos progressistas, na minha trajetória de